

Ano VIII – Nº 26

NOV/DEZ 89



ISSN 0103233X

TRABALHO & SAÚDE

SEMINÁRIO PRÁTICAS SINDICAIS NA ÁREA DE SAÚDE



CONVENÇÕES COLETIVAS
METANOL
MORTE NA AÇOS ANHANGUERA
NOTAS DA AMÉRICA DO NORTE

PÁG. 7

PÁG. 11

PÁG. 13

PÁG. 15

AO LEITOR

NOTAS

RECUSA

Na matéria sobre as Constituições estaduais da edição anterior de **Trabalho & Saúde**, não mencionamos que o Rio de Janeiro também prevê o direito de recusa ao trabalho em situação de risco grave e iminente à vida do trabalhador.

BRATAC

Na edição nº 23, **Trabalho & Saúde** mostrou a situação das trabalhadoras da Bratac, maior fiação de seda da América do Sul. O caso continua sob investigação. A Coordenadoria das Curadorias de Acidentes do Trabalho está apurando as responsabilidades pela contaminação e pode entrar com ações civis e criminais contra os envolvidos. No próximo número teremos mais detalhes.

Esta é a última revista de 1989. Ano tumultuado, em que durante seis meses só se pensou em eleição presidencial, a saúde do trabalhador não pode comemorar grandes avanços. Um ou outro Centro de Referência em Saúde do Trabalhador, uns poucos artigos nas Constituições estaduais sobre o tema, leve aumento do interesse dos sindicatos pela questão não chegam a ser conquistas expressivas. O Diesat começa 1990 com modificações pequenas mas importantes. Novos técnicos e colaboradores auxiliam no trabalho de estudos e pesquisas. Novos equipamentos, com destaque para o micro-computador, agilizam as atividades da equipe técnica, inclusive na elaboração da revista **Trabalho & Saúde**. Outra boa novidade é o surgimento de novas lideranças sindicais comprometidas com a defesa das condições de vida e trabalho.

Entre as promessas do Diesat para o novo ano está a regularização da periodicidade da revista, mantendo as 16 páginas prometidas na edição nº 25. Os leitores têm todo o direito de reclamar em caso de atraso. Continua válido o convite para que contribuam com sugestões, críticas, denúncias e matérias.

O destaque deste número é a cobertura do seminário **Práticas Sindicais na Área de Saúde**, organizado pelo Diesat com apoio do Claset (Centro Latino-americano de Segurança e Medicina do Trabalho, vinculado à OIT).

Denunciamos na revista a tentativa de utilização do altamente tóxico metanol sem considerar os aspectos relacionados à saúde dos trabalhadores. Outra denúncia é a lerdeza e ineficácia das ações dos órgãos públicos na investigação dos problemas encontrados nos ambientes de trabalho, exemplificada pelo caso da siderúrgica Aços Anhanguera, em que três trabalhadores morreram e 75 sofreram intoxicações enquanto o SUDS da região relutava em interditar a fábrica.

Esperamos que 1990 seja melhor para todos. Boa leitura.

RECUSA II

No ABC, região industrial paulista, um trabalhador da área química inaugurou o direito de recusa. Sentindo a insegurança das condições de trabalho, invocou a Constituição do Estado e interrompeu suas atividades. Na próxima edição teremos a cobertura do caso.

METALÚRGICOS

Pesquisa organizada pelo IG Metall, sindicato alemão dos metalúrgicos, indica que 95% dos trabalhadores da categoria não querem mais trabalhar aos sábados. A pesquisa, feita entre 830 mil operários de 4.200 fábricas, aponta a vontade de ficar mais tempo com a família e amigos como principal causa da recusa a trabalhar aos sábados. Os trabalhadores querem que o IG Metall garanta o fim-de-semana totalmente livre para o descanso nas próximas negociações coletivas.

TRABALHO
& SAÚDE

Informativo do Departamento Intersindical de Estudos e Pesquisas de Saúde e dos Ambientes de Trabalho - DIESAT

DIRETOR RESPONSÁVEL: Remígio Todeschini

EDITOR: Graciliano Toni

COMPOSIÇÃO E MONTAGEM: FORJA Composição Gráfica, Planejamento, Assessoria e Editora Ltda. - Fone (011) 572-0309

FOTOLITO E IMPRESSÃO: Gráfica e Editora FG - Fone 457-3710

REDAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO: Av. Nove de Julho, 584 - 10º andar - CEP 01312 - São Paulo - SP - Fone 35-1250

COLABORAM NESTE NÚMERO: Agda Aparecida Delfa, Antônio José de Arruda Rebouças, Remígio Todeschini, Nilton B. B. Freitas e Gilberto Sáviano da Silva.

TIRAGEM: 2.500 exemplares

ASSINATURA:

Anual (6 números): 6,50 BTN's
2 anos (12 números): 13,00 BTN's

DIRETORIA DO DIESAT

Comissão Executiva: Remígio Todeschini, Uriel Villas Boas, Gilberto Sáviano da Silva, Sérgio Soares, Robério Cruz da Silva, Lorival Batista Pereira, Luiz Carlos Martins de Souza, João Rêus do Nascimento e Jaime José da Cunha.

Conselho Fiscal: Ertha Lúcia, Marcos Antônio de Oliveira, Ronaldo Rios da Silva, Elvio José Zeferino, José Antonio Amaral e Jocelino Félix Marinho.

CORRESPONDENTES

Anamaria Tambellini (RJ); Flávio Valente (SC); Annie Thébaud (França); Daniel M. Berman (EUA).

PERMITIDA A REPRODUÇÃO DE MATÉRIAS DESDE QUE CITADA A FONTE.

Trabalhadores discutem Práticas Sindicais na Área de Saúde

Deixando, os sindicatos falam. Pelo menos foi assim no seminário Práticas Sindicais na Área de Saúde, organizado pelo Diesat entre 30 de novembro e 3 de dezembro. Ao todo, 70 sindicalistas e técnicos, representantes de 32 sindicatos, trocaram experiências sobre a luta por melhores condições de trabalho.

Com o apoio do Claset (Centro Latino Americano de Medicina e Segurança do Trabalho, vinculado à OIT), o Diesat organizou o seminário Práticas Sindicais na Área de Saúde para permitir o intercâmbio de informações dos diferentes sindicatos de várias categorias e colher propostas de atuação conjunta. Entre as necessidades mais evidentes está o esclarecimento aos sindicatos do funcionamento dos diversos órgãos e serviços úteis ao movimento sindical. Poucos participantes do seminário sabiam, por exemplo, o que significa o Sistema Único de Saúde ou as atribuições dos Programas de Saúde do Trabalhador.

Convidadas, as Centrais Sindicais brasileiras não compareceram. Da CGIL, italiana, foram dois representantes. Carlos Minayo, pesquisador do Cesteh (Centro de Estudos de Ecologia Humana), da Fundação Oswaldo Cruz, participou de todo o seminário. Minayo critica a falta de organização do evento e a desinformação dos sindicalistas sobre assuntos básicos. Para o pesquisador da Cesteh, o seminário seria mais proveitoso se fosse precedido de esclarecimentos inclusive a respeito do Diesat.

Bernardo Bedricow, presidente interno do Claset, e Remigio Todeschini, secretário geral do Diesat, abriram o seminário, dia 30 de novembro. Todeschini falou sobre 'Os 10 anos de luta por melhores condições de trabalho e saúde', com ênfase na atuação do Diesat no período. Após a fala dos dois, houve a exibição do audiovisual 'Política de Saúde no Brasil', produzido pelo Lidas (órgão ligado ao Movimento de Oposição Sindical dos Metalúrgicos de São Paulo) e do vídeo "O Pó Nosso de cada Dia", do Diesat.

A pontualidade marca os trabalhos do seminário. A idéia de alugar hotel com sala própria para reuniões mostra-se válida. Na sexta-feira, dia primeiro de dezembro, a primeira exposição, do setor metalúrgico, começa às 9h00, horário programado. Fora do programa, só a ausência, não justificada, do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo. De São



Bernardo também falta o Sindicato da Construção Civil, escalado para a mesma mesa. Gilberto de Souza Caldas, dos Metalúrgicos de Ouro Branco, narra a história da luta dos trabalhadores em siderúrgicas estatais, iniciada em Santos.

Gilberto, como muitos outros sindicalistas presentes, reclama da resistência das diretorias de sindicatos às questões de saúde. Em Ouro Branco, apenas em 89 o sindicato dos Metalúrgicos inicia Campanha de Saúde do Trabalhador, separada da Campanha Salarial, reflexo da criação, em julho, do Departamento de Saúde. Através de boletim quinzenal e reuniões semanais específicas sobre saúde, o novo departamento levanta os problemas da categoria e repassa informações. Saúde mental está entre as preocupações do sindicato. Gilberto denuncia perseguições nas fábricas como causa de distúrbios mentais.

Em Minas, o Inamps aceitou com maior facilidade a portaria para afastamento de trabalhadores afetados por leucopenia (diminuição na produção dos glóbulos brancos, responsáveis pela defesa do organismo – ver livro MORTE LENTA NO TRABALHO) que no Rio de Janeiro. Em Ouro Branco, há sete casos comprovados de trabalhadores afetados pelo benzeno (um dos principais causadores de leucopenia entre os trabalhadores).

Casos frequentes de morte na Açominas fogem da alçada dos metalúrgicos: dos 14.000 trabalhadores na empresa, 8.000 são contratados por empreiteiras. A organização destes trabalhadores é mais difícil e seu sindicato tem menos de um ano de existência. Conservadoras, as cidades de Minas apresentam resistência dos próprios trabalhadores ao movimento sindical. Mesmo assim, as questões de saúde avançam, segundo Gilberto.

PROBLEMAS NAS CIPAS

Empacadas mesmo, só as CIPAs. Carlos Aparício Clemente, do Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco (SP), denuncia a demissão de suplentes das CIPAs na região. A Convenção Coletiva da categoria garante estabilidade a cipeiros efetivos e suplentes, cláusula constantemente desrespeitada. Para conseguir a reintegração judicial dos dispensados, o sindicato depende de ações demoradas e às vezes ineficazes – por exemplo, quando a readmissão se dá após o término do mandato da CIPA. Além desta briga, Clemente faz o possível para conseguir CIPAs totalmente eleitas por trabalhadores.

Representante da Construção Civil de Santos, Luiz Carlos de Andrade critica a pequena carga horária do curso de CIPA. Absurdo, para Andrade, é as aulas fi-

PRÁTICAS SINDICAIS

ÁREA QUÍMICA

carem a cargo de entidades patronais. Remigio Todeschini, do Diesat, esclarece a posição dos sindicatos de exigir CIPAs exclusivas de trabalhadores, com curso ministrado pelo sindicato, com tempo livre para atuação na fábrica. Todeschini recorda os avanços obtidos pelos Metalúrgicos de São Paulo e Osasco e Departamento dos Metalúrgicos da CUT em relação às CIPAs.

Em todos estes sindicatos, o edital para eleição à CIPA precisa estar pronto com 60 dias de antecedência e deve ser entregue ao sindicato nos 10 primeiros dias. A empresa é obrigada a enviar relação de todos os trabalhadores inscritos, e a votação é por lista única, para acabar com o problema de transferência de seção para tirar votos dos trabalhadores mais combativos.

Tanto para a CUT quanto para Osasco e São Paulo, a coordenação das eleições para CIPA cabe ao vice-presidente da gestão em andamento. Terminada a eleição, o sindicato deve receber o resultado em no máximo dez dias. Nenhum deles conseguiu até hoje trazer o curso de cipeiro para o sindicato.

À tarde, na sexta, é a vez da área química. João Réus, do Sindipólo (Triunfo, Rio Grande do Sul), considera problemática a empreitagem nas indústrias petroquímicas da região. Criado em 87, o Departamento de Saúde do Sindipólo contabiliza em sua atuação importante apoio na luta pelo turno de seis horas, através da informação à base e mobilização de toda a diretoria do Sindicato. Quando necessário, o Departamento de Saúde intervém nas eleições para CIPA.

O levantamento de algumas substâncias químicas utilizadas em indústrias da região e a identificação de casos de hepatite química em trabalhadores do Pólo também estão entre as ações do Sindipólo em Saúde. Há projeto para implantar o acompanhamento de exames dos trabalhadores através do Departamento de Saúde, e João Réus espera retomar a publicação do boletim específico das questões de saúde, interrompida em abril de 89. Réus percebe característica cíclica nas questões de saúde no movimento sindical, com períodos de intensa atividade seguidos de outros de marasmo.

Entre os Químicos de São Paulo, as

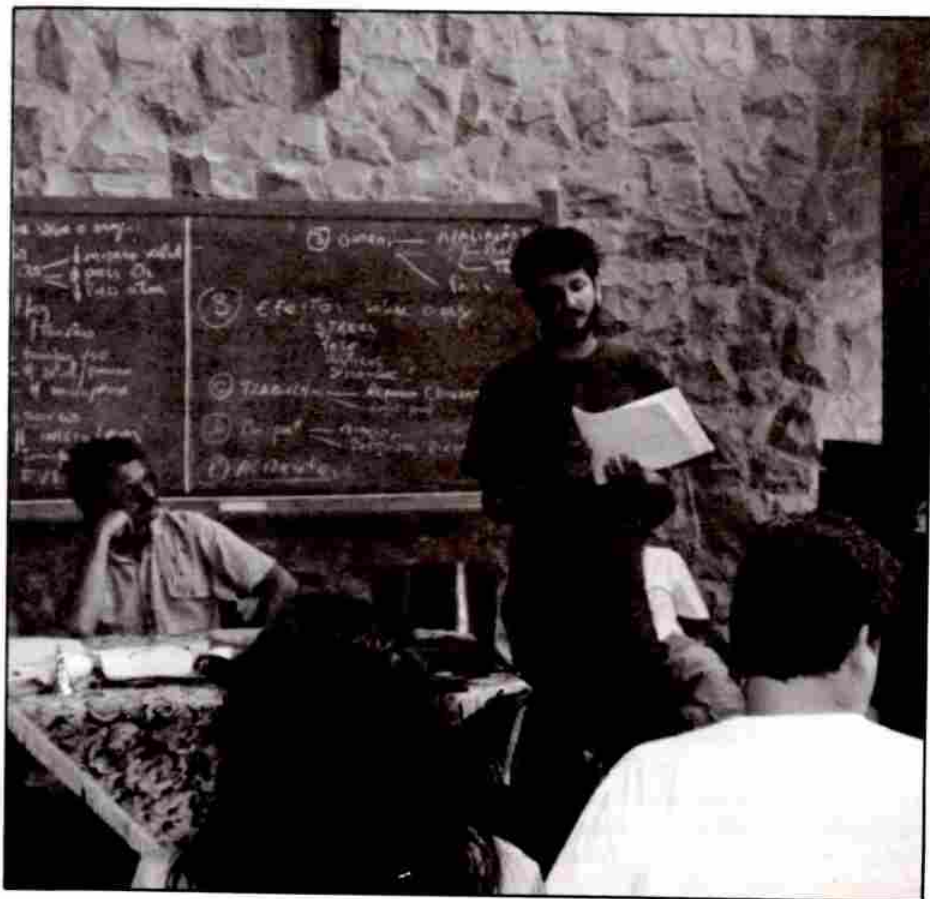
indústrias da Rhodia merecem especial atenção. A empresa emprega 13.000 trabalhadores em 17 unidades fabris. Acidentes, doenças e mortes são freqüentes na Rhodia. Em julho deste ano, dois trabalhadores de empreiteira contratada pela Rhodia Farma, divisão de produtos farmacêuticos da multinacional, morreram nas dependências da companhia (ver Trabalho & Saúde 25). Ancelmo Pereira Matias, diretor do Sindicato dos Químicos de São Paulo, considera o caso exemplar por ser um dos poucos acidentes investigados desde a raiz.

O sindicato entrou na fábrica, acompanhou o trabalho de perfuração, denunciou a empresa, esclareceu os trabalhadores da base sobre a necessidade dos processos de responsabilidade civil e criminal e considerou a Rhodia Farma culpada da morte dos dois trabalhadores. Para julgar a empresa, o Sindicato convocou o Tribunal Popular Cícero e Jonas (nome dos operários mortos). No mesmo julgamento, os Químicos de São Paulo condenaram o artifício de colocar funcionários de empreiteiras nas tarefas mais perigosas, na tentativa de livrar as empresas de possível responsabilização.

Cobrindo toda a região do ABC, o Sindicato dos Químicos do ABC abrange sete municípios e tem 40.000 trabalhadores nas 570 indústrias de sua base. Há empresas de todos os ramos de atividades químicas no ABC, inclusive o petroquímico. As empresas da região compreendem desde o trabalho de manipulação direta de substâncias químicas até os processos mais sofisticados. Segundo Remigio Todeschini, diretor do Sindicato, o problema das empreiteiras e do trabalho temporário também assusta no ABC. São de 10 a 12 mil trabalhadores nesta situação, submetidos às piores atividades.

Os Químicos do ABC conseguiram eliminar quase totalmente o assistencialismo na área médica, através de convênio que permite o uso do Programa de Saúde do Trabalhador do ABCD, gerido com a participação de sindicatos da região. Em substituição à assistência médica, o Sindicato criou em 1984 a Comissão de Saúde do Trabalhador (COMSAT), com a proposta de estudar os problemas de saúde coletiva causados pelos ambientes de trabalho. Junto com a Comsat, os Químicos do ABC ganharam subseção do Diesat.

A Comsat levanta os riscos em cada fábrica, a partir de suspeitas levantadas por CIPAs, grupos de fábricas ou trabalhadores que procuram o Sindicato. Através da subseção do Diesat ou do PST, o



PRÁTICAS SINDICAIS

Sindicato confirma as suspeitas, divulga o problema e negocia com a empresa diretamente ou via DRT. Com esta estratégia, o sindicato conseguiu, nestes cinco anos de atuação da Comsat, várias interdições, algumas greves em defesa da saúde e mesmo o fechamento de uma fábrica (ver livro INSALUBRIDADE: MORTE LENTA NO TRABALHO).

Todeschini considera importante a atuação dos trabalhadores. "Muitas vezes a mobilização dos trabalhadores garante o cumprimento da Convenção 148 da OIT", diz o diretor do Sindicato dos Químicos do ABC. A participação dos operários nem sempre é possível. Muitas vezes os próprios trabalhadores da base resistem à luta por melhores condições de trabalho, por "medo da peregrinação por INAMPS e outros órgãos públicos, da aposentadoria insatisfatória e do desemprego", segundo Todeschini.

Ele reclama da falta de política específica dos órgãos públicos para a Saúde do Trabalhador. De boa notícia em relação aos mecanismos oficiais, só a transformação do Programa de Saúde do Trabalhador do ABC em Centro de Referência de Saúde do Trabalhador, com a passagem do controle ao governo municipal e participação de 11 sindicatos, contra três antes da mudança.

Lorival Batista Pereira, diretor do Sindicato dos Plásticos de São Paulo e do Diesat, relata a divisão do sindicato entre Plásticos e Químicos. Apesar do enfraquecimento dos trabalhadores, ele diz que "não está tudo perdido". Criado em 1955, o Sindicato dos Plásticos tem alguns avanços em saúde do trabalhador, problema levantado nas discussões de campanha salarial.

O primeiro atendimento ao trabalhador no serviço de saúde do sindicato é individual. Depois, na mesma semana, há o atendimento em grupo, para levantar os problemas de saúde coletiva. Lorival diz que o Sindicato usa pouco o Ministério do Trabalho e seu aparelho de fiscalização. Em algumas fábricas, o sindicato fiscaliza sem a presença da DRT. Outro ponto lembrado por Lorival é a integração do corpo jurídico do sindicato ao trabalho de saúde. Algumas vezes, Plásticos e Químicos trabalham em conjunto.

SERVIÇOS

O Sindicato dos Metroviários do Rio de Janeiro desenvolve pesquisa sobre saúde do trabalhador da categoria. Segundo Luiz Henrique dos Anjos, diretor do

Sindicato, a realidade do trabalho no Metrô precisa vir à tona. "Todo mundo pensa que é limpinho, bonitinho", diz. No trabalho real, os metroviários enfrentam problemas neurológicos; exposição ao asbesto e ascarel e agressões por assaltantes e baderneiros.

Durante muito tempo, o Sindicato tenta intervir na CIPA do Metrô. Ao perceber a falta de credibilidade da CIPA, parte para a criação de Comissão de Saúde, com três membros eleitos em assembléia e três indicados pela empresa. Na prática, a desorganização do Metrô carioca deixa toda a comissão para o Sindicato, explica Luiz Henrique.

Entre as vitórias da categoria, o diretor do Sindicato destaca a substituição do ascarel (óleo tóxico e cancerígeno) por silicone em capacitores e transformadores. Agora os metroviários tentam a troca do asbesto por outro material nas pastilhas de freios dos trens do Metrô.

No Metrô de São Paulo, as condições de trabalho não são melhores. A principal preocupação dos trabalhadores é com a segurança. Segundo Sérgio Muraoka, diretor do Sindicato dos Metroviários de São Paulo, o corpo de segurança do Metrô diminuiu quase 50% nos últimos anos. A empresa pretendia, na opinião de Muraoka, colocar a Polícia Militar no policiamento das estações. Tem havido muitos casos de agressão a seguranças do Metrô em São Paulo.

A categoria contabiliza entre os resultados da Comissão de Saúde, agora reativada, a redução da jornada de trabalho dos operadores de composições do Metrô.

Outro trabalho pouco conhecido é o dos radialistas. Para Márcio Câmara Leal, diretor do Sindicato dos Radialistas do Rio de Janeiro, as condições de trabalho são penosas. O Sindicato pretende pesquisar os problemas da categoria, como o contato com transmissores que operam com grande tensão e correntes elevadas. É alto o índice de surdez entre radialistas. A exigência de velocidade nas operações causa elevado número de alcoólatras e viciados em outras drogas. Como no Metrô, a aparência do trabalho difere muito da realidade.

Outros sindicatos, de diversas categorias, estiveram presentes ao seminário Práticas Sindicais na Área de Saúde. As exposições não citadas nesta matéria devem servir de base a reportagens sobre condições de trabalho neste número (caso dos aeronautas, página 12) ou nas próximas edições de **Trabalho & Saúde**.

LISTA DE PRESEÇA DOS PARTICIPANTES DO SEMINÁRIO SOBRE "PRÁTICAS SINDICAIS DA ÁREA DE SAÚDE E SEGURANÇA DO TRABALHO" 30/11 E 01/02/03/12 - SÃO PAULO

- SNA – Sindicato Nacional dos Aeronautas
- CESTE/IOCRUZ
- Sindicato dos Químicos de São Paulo
- Sindicato dos Portuários de Vitória-ES
- Sindipetro Sul
- ASFOC - Ass. dos Servidores da Fundação Oswaldo Cruz
- Sind. Metroviários de São Paulo
- Sindicato dos Radialistas do Rio de Janeiro
- Sindicato dos Plásticos de São Paulo
- Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco
- Fed. dos Trabalhadores no Com. de Min. e Der. de Petróleo
- SINSUCEN
- Sindicato de Extração de Ferro e Metais Básicos
- Sindicato dos Marceneiros de São Paulo
- Sindicato Celulose-MG
- Sindicato dos Portuários do Rio de Janeiro
- Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos de Ipatinga
- CMTC
- SEE Bancários – São Paulo
- SII Metalúrgicos de Santos
- Progetto-SVILUPPO CGIL – Itália
- Organização Internacional do Trabalho – CLASET
- SINTICEL
- SINDIPÓLO SUL
- Sindicato dos Condutores Rodoviários de Campinas
- Sind. Trabalhadores Proc. de Dados de S. Paulo – Sindpd
- Sindicato dos Estivadores – Santos
- Metroviários – Rio de Janeiro
- Sindicato dos Metroviários RJ
- Sindicato dos Metalúrgicos de São Jerônimo – RS
- Sindicato dos Metalúrgicos de Ouro Branco
- Sindicato dos Bancários de Pelotas – RS
- Sind. Químicos do ABC
- Sindicato dos Trabalhadores em Construção Civil de Santos
- Metasita - MG
- Federação Nacional Trab. Transportes Aéreos

Conclusões e Recomendações do Seminário

SEMINÁRIO NACIONAL SOBRE PRÁTICAS SINDICAIS NA ÁREA DE SAÚDE

Barueri – São Paulo – Colégio Pio XIII
30/11 a 03/12/89

NÍVEL SINDICAL E INTERSINDICAL

- a) Seminários por ramos de atividade na questão de saúde;
- b) Centralização de um Banco de Dados no DIESAT a partir das informações enviadas pelos Sindicatos quanto a acordos coletivos, produtos químicos e lutas de saúde. O DIESAT está sistematizando os Acordos Coletivos dos últimos 10 anos da área química;
- c) Unificação de lutas em nível regional, envolvendo setores ambientalistas, movimento popular e sindical. Exemplo: Vale do Aço – MG; Pólo Sul – RS, etc...;
- d) Conscientização das diversas categorias profissionais quanto à luta pela saúde e por melhores condições de trabalho, através de várias ações, como: publicações; pesquisas; produção de vídeos; ações de rua; teatro; mapeamento dos riscos, produtos por empresa e condições de trabalho, etc;
- e) Estabelecimento de políticas na área de saúde pelas Centrais Sindicais, com o fortalecimento de Comissões de Saúde em seu interior, unificando e fortalecendo a luta dos seus sindicatos nestas questões;
- f) A ação em defesa da saúde no movimento sindical deve ter uma ação preventiva, reforçando o **DIREITO DE RECUSA AO TRABALHO** em ambientes e locais de riscos;
- g) Unificação de lutas para obtenção de resultados comuns nos acordos coletivos das cláusulas relativas à saúde;
- h) Criação de subseções do DIESAT nas diversas categorias profissionais, para homogeneização das questões técnicas e outras;
- i) Campanha de filiação urgente de novos Sindicatos ao DIESAT, além de uma Campanha de Assinatura da Revista "**Trabalho & Saúde**", do DIESAT;
- j) Fortalecimento de CIPAS totalmente eleitas pelos trabalhadores (Comissões de Saúde) e liberdade de atuação destas Comissões. Desenvolver uma Campanha

neste sentido com publicações, encontros específicos, com o apoio político dos Sindicatos e Centrais;

- l) Divulgar a toda população as informações sobre saúde, obtidas pelo DIESAT, através de jornal, rádio e TV populares ou através de compra de espaço na mídia;
- m) Criação de COMSAT's nos Sindicatos, de Secretarias de Saúde e um trabalho de conscientização entre dirigentes sindicais da importância e prioridade do trabalho de saúde, com o apoio de técnicos das áreas afins e buscando a atuação integrada de toda a diretoria do Sindicato;
- n) Desestímulo por parte dos Sindicatos à contratação dos serviços de saúde privados, e maior pressão sindical quanto à melhoria dos serviços públicos de saúde;
- o) Formação e capacitação sindical dos diretores na área de saúde, através de cursos, junto ao DIESAT, multidisciplinares (medicina, engenharia, direito, sociologia, etc...) e informação periódica à categoria, feita pelos Sindicatos, da questão da saúde através de boletins específicos e gerais;
- p) Contatar as Centrais Sindicais visando um Congresso Nacional de Saúde do Trabalhador em 1991 e unificação de datas para realização de SEMSAT's;
- q) Fortalecimento e integração dos órgãos técnicos intersindicais e empreendimento de ações visando a regionalização dos departamentos;
- r) Criação de um Fórum Intersindical permanente para discussão de questões de saúde e formação de Comissão Intersindical para encaminhamento das propostas dos trabalhadores às autoridades. Intercâmbio permanente das lutas de saúde;
- s) Colaboração e informações constantes dos Sindicatos para divulgação na revista do DIESAT e socialização destas informações a todo o movimento sindical;
- t) Carteira Individual de Saúde (para cada trabalhador) contendo todas as informações sobre os produtos manipulados pelos trabalhadores e dados sobre a sua saúde;
- u) Participação sindical na escolha e indicação dos profissionais das SESMT's garantindo-se a estes estabilidade no emprego. Os conteúdos dos cursos destes pro-

fissionais serão supervisionados pelos Sindicatos com estágio obrigatório a nível sindical;

- v) Lutar para que a substituição dos processos de trabalho e maquinários obsoletos seja feita com participação sindical e garantia de emprego;
- x) A próxima SEMSAT (X) terá como tema: Penosidade e Periculosidade e será realizada na 3ª semana de março de 1990;
- z) Discussão de Estudo de Manutenção Econômica do DIESAT, com proposta de aumento das mensalidades a ser aprovado na X SEMSAT em março/90. Cada Sindicato filiado definiria desde já verbas complementares para sustentação do DIESAT.

NÍVEL INSTITUCIONAL

- a) Reforço na criação e constituição de Programas e Centros de Referência de Saúde do Trabalhador na rede pública estadual e municipal, com gerenciamento sindical e a implantação de laboratórios de Toxicologia da Rede Nacional do SUS;
- b) Emissão das CAT's pelos serviços públicos;
- c) Mudanças e transparência na ação da Previdência Social, para que tenha um caráter de seguradora social e não de seguradora empresarial;
- d) Revisão da relação das doenças profissionais, visando junto aos órgãos do governo a ampliação e o reconhecimento das mesmas;
- e) Ação unificada dos trabalhadores para melhoria dos serviços públicos de saúde;
- f) Conselho de trabalhadores no co-gerenciamento das instituições de saúde e previdência em nível municipal, estadual e federal;
- g) O movimento sindical deverá discutir e interferir na elaboração das leis complementares e leis orgânicas municipais nas questões de saúde do trabalhador;
- h) A fiscalização das condições de trabalho deverá ser assumida em nível regional e municipal pelo SUS;
- i) Garantir o enquadramento da Leucopenia (Benzolismo) em nível nacional e divulgar pelo DIESAT as conquistas das normas e portarias estaduais sobre a questão da LEUCOPENIA.

São Paulo, dezembro de 1989

Cláusulas de Saúde nas Convenções Coletivas de quatro sindicatos

Nas Campanhas Salariais dos últimos anos, os sindicatos de trabalhadores conseguiram introduzir nas suas convenções coletivas uma série de cláusulas alusivas às questões de Saúde.

Como ilustração, transcrevemos quatro das mais recentes dessas convenções coletivas: Departamento dos Metalúrgicos da CUT-SP; Metalúrgicos de São Paulo/Osasco; Departamento dos Químicos da CUT-SP e Bancários de São Paulo (Banespa).

CLÁUSULA	METALÚRGICOS DA CUT - SP ABRIL/89	METALÚRGICOS SÃO PAULO/OSASCO NOVEMBRO/89	DEP. QUÍMICOS CUT SÃO PAULO NOVEMBRO/89	BANCÁRIOS SÃO PAULO (BANESPA) SETEMBRO/89
AUXÍLIO FUNERAL	Pagamento de um salário por morte natural ou acidental. Pagamento de 2 salários nominais por acidente de trabalho.	IDEM	Dois salários nominais, limitado a 700 BTN's.	Pagamento de 100 BTN's, por morte de cônjuge ou filhos.
	Pagamento de um salário, após atestada pela Previdência Social.	IDEM	NÃO	NÃO
INDENIZAÇÃO POR MORTE OU INVALIDEZ	Em dobro no caso de acidente ou doença do trabalho.	IDEM	NÃO	NÃO
	Isenção das empresas com Seguro de Vida, do cumprimento da cláusula.	IDEM	NÃO	Seguro de vida em grupo.
COMPLEMENTAÇÃO DO AUXÍLIO PREVIDENCIÁRIO	Até o 90º dia de afastamento.	IDEM	Até o 270º dia de afastamento.	Complementação enquanto perdurar o auxílio previdenciário
GARANTIA DO ACIDENTADO SEM SEQÜELA OU DOENTE	Após alta da Previdência garantia de emprego por período igual ao do afastamento, até no máximo de 60 dias.	IDEM	Após alta da Previdência garantia de emprego por período igual ao do afastamento até o máximo de 45 dias.	Após a alta de Auxílio-Doença, estabilidade de 60 dias, para os que ficaram por 6 ou mais meses afastados. Para o acidentado/doente prof. 90 dias (qualquer caso).
	Garantia de emprego ao acidentado ou doente do trabalho que apresentem redução da capacidade laboral e incapazes de exercer a função que vinham exercendo.	IDEM	Garantia de emprego ao acidentado com redução da capacidade laborativa por 270 dias. Garantia de emprego do Doente profissional enquanto esta perdurar.	90 dias 90 dias
CIPAS	Edital com antecedência de 60 dias da eleição.	IDEM	Edital com antecedência de 45 dias da eleição	Edital com antecedência de 45 dias da eleição;
	Sindicato recebe cópia do Edital nos primeiros 10 dias	IDEM	NÃO	Sindicato recebe cópia do Edital nos primeiros 10 dias.

CLÁUSULA	METALÚRGICOS DA CUT – SP ABRIL/89	METALÚRGICOS SÃO PAULO/OSASCO NOVEMBRO/89	DEP. QUÍMICOS CUT SÃO PAULO NOVEMBRO/89	BANCÁRIOS SÃO PAULO (BANESPA) SETEMBRO/89
CIPAS	As inscrições serão feitas mediante protocolo e abertas durante 10 dias.	IDEM	Inscrições nos primeiros 40 dias mediante protocolo	As inscrições abertas durante 10 dias;
	Antes da eleição, Sindicato recebe cópia com candidatos inscritos.	IDEM	NÃO	NÃO
	Eleições com votação em lista única.	IDEM	Na cédula nome, apelido e setor do candidato.	NÃO
	Coordenação do processo eleitoral pelo vice-presidente da CIPA e SESMT.	IDEM	Processo Eleitoral acompanhado pelos integrantes da CIPA	Processo Eleitoral formado pela CIPA e representantes do Banco.
	Dez dias após as eleições o Sindicato é informado do resultado das eleições.	IDEM	Quinze dias após as eleições o Sindicato é informado do resultado das eleições.	Dez dias após as eleições o Sindicato recebe resultado das eleições;
	Curso para Cipistas até 60 dias após as eleições	Cursos para os Cipistas até 30 dias após as eleições.	NADA CONSTA	Curso para Cipistas até 30 dias após as eleições;
	Cipeiro participa da investigação de acidentes no setor que o elegeu.	IDEM	NÃO	Cipistas têm acesso a todos os locais de trabalho e acesso às conclusões das Análises das condições de Trabalho;
	Empresa com 30 dias de antecedência informará o programa da SIPAT ao Sindicato.	IDEM	NÃO	Empresa, com antecedência de 30 dias, informará o programa da SIPAT ao Sindicato.
	Empresa envia cópia da Ata das Reuniões da CIPA ao Sindicato, até o 35º dia após a reunião.	Cópia da Ata ao Sindicato até 15º dia após a reunião.	Cópia da ata aos Cipistas, antes da reunião seguinte.	Cópia das atas das reuniões da CIPA ao Sindicato, no prazo de 10 dias após a reunião.
	NADA CONSTA	Cipistas não poderão sofrer Dispensa Arbitrária, desde que não seja por motivo disciplinar, técnico, econômico e financeiro.	Cipistas eleitos, titulares e suplentes com estabilidade até 1 ano após o mandato desde a inscrição.	Titulares e suplentes eleitos, desde a inscrição; estabilidade, até um ano após o mandato.
CIPAS	NADA CONSTA	Candidatos inscritos concorrem independente de estarem ou não afastados do trabalho.	NADA CONSTA	NADA CONSTA
	NADA CONSTA	NADA CONSTA	Duas horas livres por mês para preparação da reunião mensal da CIPA.	Liberação do CIPEIRO, pela administração, toda vez que for necessária para exercício de suas funções.
	NADA CONSTA	NADA CONSTA	NADA CONSTA	Cópia das ATAS afixadas nos quadros da Empresa.
	NADA CONSTA	NADA CONSTA	NADA CONSTA	Projetos de obras e reformas vistoriados pelos CIPISTAS.
	NADA CONSTA	NADA CONSTA	NADA CONSTA	CIPISTAS com local, infraestrutura e telefone.
	NADA CONSTA	NADA CONSTA	NADA CONSTA	CIPA poderá promover reuniões pré-estabelecidas com a administração.
	NADA CONSTA	NADA CONSTA	NADA CONSTA	Liberação dos CIPISTAS para CONGRESSOS E EVENTOS de Segurança, com despesas custeadas.
	NÃO	NÃO	NÃO	Semestralmente haverá encontro de todas as CIPAS das agências Bancárias, com participação mínima de 2 representantes.
	NÃO	NÃO	NÃO	CIPA terá acesso a todos os quadros de avisos na Empresa.

CLÁUSULA	METALÚRGICOS DA CUT – SP ABRIL/89	METALÚRGICOS SÃO PAULO/OSASCO NOVEMBRO/89	DEP. QUÍMICOS CUT SÃO PAULO NOVEMBRO/89	BANCÁRIOS SÃO PAULO (BANESPA) SETEMBRO/89
CRACHÁ	NADA CONSTA	NADA CONSTA	NADA CONSTA	A pedido do empregado, no crachá será colocada a tipagem sanguínea e doença crônica.
PREVENÇÃO DE ACIDENTES COM PRÊNSAS MECÂNICAS	Prensas com todos os dispositivos de segurança.	IDEM	NÃO	NÃO
MEDIDAS DE PROTEÇÃO	No caso de acidente grave, o Sindicato deve ser comunicado dentro de 72 horas.	Comunicação ao Sindicato em 48 horas.	NÃO	NÃO
	Devem ser prioritariamente coletivas.	IDEM	IDEM	Comissões de Estudos e implementação de medidas de proteção individual e coletiva (SESMT e CIPA)
	Sindicato oficia a empresa das queixas referentes às condições de trabalho, e esta responderá no prazo de 30 dias. No caso de situações emergenciais, o prazo será de 10 dias.	IDEM	NÃO	"
	Médico da empresa opina sobre E.P.I. adequado.	IDEM	NÃO	"
	NADA CONSTA	NADA CONSTA	Membros da CIPA têm acesso aos resultados dos levantamentos técnicos.	"
	NADA CONSTA	NADA CONSTA	Brigadas de incêndio com treinamento no horário de trabalho, se além da jornada, serão pagas como extras.	NADA CONSTA
COMUNICAÇÃO DOS ACIDENTES	Sindicato recebe Anexo 1 da N.R. – 5	IDEM	Cipistas recebem cópias das CAT's até 2 dias úteis após os acidentes.	Cipas com todos os dados referentes a acidentes e doenças do trabalho.
	No caso de acidente fatal, o sindicato será comunicado dentro de 48 horas.	IDEM	NÃO	Sindicato recebe Anexo da N.R. – 5, cópias das CAT's e Fichas das análises de acidentes. Em caso de acidente fatal, o sindicato será comunicado dentro de 6 horas.
COMISSÃO TÉCNICA PARITÁRIA	Comissão Técnica paritária para estudos e encaminhamentos das questões relativas a Higiene, Segurança e Medicina do Trabalho.	Comissão Técnica paritária visando a realização de Estudos na área de prevenção de acidentes e doenças do Trabalho.	NÃO	Fórum para discussão e avaliação de saúde formado pelas CIPAS, SESMET e Órgãos Externos.
UNIFORMES E ROUPAS DE TRABALHO	Fornecimento gratuito de uniformes, macacões, E.P.I.'s, calçados especiais e óculos de segurança graduados.	IDEM	IDEM Menos óculos de segurança graduados.	NADA CONSTA
ÁGUA POTÁVEL	Semestralmente exame bacteriológico da água potável.	IDEM	NADA CONSTA	NADA CONSTA
PLANTÃO AMBULATORIAL	Empresas com mais de 100 empregados deverão manter plantão ambulatorial no período noturno. Menos de 100 empregados, veículo para atendimento de emergências.	IDEM	NADA CONSTA	Após assaltos, todos os empregados presentes terão atendimento médico e psicológico (o ocorrido deverá ser comunicado ao Sindicato e Cipa).
PROFISSIONAIS DE SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO	NÃO	Aos Profissionais do SESMT é vedado o exercício DE OUTRAS funções na fábrica	IDEM	A divisão de Saúde (SESMT) não poderá ser desfeita em sua forma e conteúdo, sem aprovação da CIPA e Sindicato.
ABREUGRAFIAS	NÃO	Abreugrafia, a critério médico, paga pela empresa.	NÃO	NÃO

CLÁUSULA	METALÚRGICOS DA CUT – SP ABRIL/89	METALÚRGICOS SÃO PAULO/OSASCO NOVEMBRO/89	DEP. QUÍMICOS CUT SÃO PAULO NOVEMBRO/89	BANCÁRIOS SÃO PAULO (BANESPA) SETEMBRO/89
REMÉDIOS	NÃO	Convênio com farmácias para aquisição de remédios.	Fornecimento gratuito de medicamentos aos acidentados.	NÃO
INFORMAÇÃO SOBRE RISCOS AMBIENTAIS E TREINAMENTO	No 1º dia de trabalho o trabalhador recebe treinamento de segurança, conhecimento das áreas perigosas e insalubres e informação dos agentes agressivos.	IDEM	Até o 5º dia de trabalho, o trabalhador receberá treinamento de segurança, conhecimento sobre a natureza e riscos das substâncias e processos de produção de seu setor.	Treinamento para utilização de máquinas, equipamentos e processos, visando a saúde e segurança dos empregados.
DIREITO DE RECUSA AO TRABALHO POR RISCO GRAVE OU IMINENTE	NADA CONSTA	NADA CONSTA	Quando o trabalhador, no exercício de sua função, entender que sua vida ou integridade física se encontram em risco, pela falta de medidas adequadas de proteção no posto de trabalho, poderá suspender a realização da respectiva operação (o próprio trabalho).	É permitido ao empregado o direito de não executar qualquer atividade que cause dano à sua saúde ou integridade física, desde que não lhe sejam asseguradas as mínimas condições de segurança.
CONVÊNIOS MÉDICOS	Sindicato receberá informações quanto aos convênios médicos	IDEM	NÃO	Convênio Médico Sistema Próprio (CABESP)
	Aposentados, facilidades de continuar no convênio com participação nos custos.	IDEM	NÃO	"
	NADA CONSTA	No caso de urgência, não haverá necessidade de guia de atendimento.	NADA CONSTA	"
	NADA CONSTA	NADA CONSTA	Trabalhador poderá não optar pelo convênio.	"
	NADA CONSTA	NADA CONSTA	Empregado e dependentes, 45 dias após aviso-prévio, continuarão com atendimento médico-hospitalar no convênio.	"
RESULTADO DE EXAMES MÉDICOS	NÃO	NÃO	O empregado receberá cópia do resultado dos exames periódicos.	CIPAS com resultados das estatísticas globais de doenças.
INDENIZAÇÃO POR ASSALTO	NÃO	NÃO	NÃO	No caso de morte ou invalidez por assalto 66.000 BTNF.
AIDS	NADA CONSTA	NADA CONSTA	NADA CONSTA	Comissão para política preventiva e acompanhamento dos funcionários com AID'S (CIPA, SESMT, SERVIÇO MÉDICO).
EXAMES MÉDICOS PERIÓDICOS	CONFORME LEI	CONFORME LEI	Conforme LEI – 6 meses em locais insalubres, ou a critério médico.	Digitadores a cada 6 meses. Índices de insalubridade: exames a cada 6 meses.
	NADA CONSTA	NADA CONSTA	NADA CONSTA	Para quem tiver ritmo de trabalho aumentado ou estiver em isolamento: pausas, rodízios e ações correlatas.
NOVAS TECNOLOGIAS	"	"	"	Comissão para verificação das condições de trabalho em aparelhagem de vídeo, formada pela CIPA, Segurança da Empresa e DIESAT.
ACIDENTES DE TRABALHO (CONCEITO)	LEGAL	LEGAL	LEGAL	Considera também as doenças psíquicas e orgânicas adquiridas em decorrência de sinistro ou assalto. Banco se responsabiliza com todos os gastos de tratamento.
DIGITADORES	NADA CONSTA	NADA CONSTA	NADA CONSTA	Sintomas ou sinais de tenosinovite, garantida a transferência para outra função.

Saúde do trabalhador não conta nas decisões do governo sobre o metanol

Cena 1: O frentista encosta o ouvido na boca do tanque para saber se está cheio. O combustível espirra para fora e atinge os olhos.

Cena 2: Acaba o álcool do tanque. Por sorte, alguém pára e cede um pouco de combustível. É só tirar do tanque. O motorista pega um galãozinho, enfia a mangueira de plástico no tanque e aspira com força. O álcool entra na boca, ele engole um pouco e deixa outro tanto espirrar no rosto e na roupa.

Cena 3: Benhê, tira um pouco de álcool para eu lavar a pia?... O marido vai à garagem, tira meio litro do tanque do carro e coloca numa garrafa velha de água mineral. A mulher limpa a pia enquanto ele lava o quintal. Ah, ela vai para o banho e deixa a garrafa em cima da pia. Vem o filho pequeno, tenta pegar o que ele pensa ser água em cima da pia. Na ponta dos pés, desequilibra-se e toma um banho de álcool.

Cena 4: O mecânico tira as manivelas do carburador, um pouco de álcool esguicha e pega em cheio no olho. Arde um pouco, ele passa uma água, enxuga num pano qualquer e volta pro trabalho. No fim do expediente, arregança as mangas do macacão e lava mãos e braços com a mesma mistura de gasolina e álcool usada para limpar as peças do carro.

Cena 5: Depois de 12 horas de trabalho no posto que nunca fecha, o frentista se prepara para ir pra casa. Como não tem chuveiro no local, pega um pouquinho de álcool, como faz há oito anos, desde que pegou o emprego, e tira a graxa e gasolina acumulados durante o dia.

Todas as cenas mencionadas ocorrem várias vezes por dia no Brasil. Em todas elas, as pessoas que têm contato com o álcool puro ou misturado à gasolina sofrem consequências mais ou menos graves. Com o uso do metanol misturado ao etanol (álcool usado hoje no país) e gasolina, ninguém sabe o que acontece. Garantida mesmo, só a possibilidade do metanol cegar ou até matar, se respirado, engolido, absorvido pela pele ou olhos.

O governo insiste em usar metanol, tentando evitar o racionamento do álcool. Para isto, importou 50 milhões de litros de metanol do Chile para misturar a etanol e gasolina. Por enquanto, a mistura e distribuição do produto estão proibidas.

A novela começa com a autorização aos usineiros para produzir maior cota de

açúcar para exportação. As usinas desviam a cana para a produção de açúcar e diminuem a quantidade de álcool destilado. O Ministério das Minas e Energia estima déficit de dois bilhões de litros de álcool no Brasil entre dezembro de 1989 e abril de 1990.

O Ministério acha como alternativa ao racionamento de álcool a importação de metanol para misturar ao etanol e à gasolina. No mundo todo, o Brasil seria o primeiro país a utilizar metanol como combustível automobilístico em larga escala. E sem qualquer estudo de sua toxidez, principalmente quando misturado a outras substâncias. Nos Estados Unidos, o uso do metanol como substituto da gasolina é tema de estudos há anos, e frota experimental rodando com o combustível.

Entre as alterações feitas nos veículos adaptados para metanol estão o uso de dispositivo para impedir a sifonagem (aspiração com a boca) no tanque de combustível e o uso de bombas de abastecimento automáticas e a vácuo, para evitar exposição ao líquido. No Brasil, apenas 30% dos bicos são automáticos, informa Hozano Félix, diretor da Federação dos Trabalhadores no Comércio de Minérios e Derivados de Petróleo de São Paulo (categoria a que estão vinculados os frentistas). No restante das bombas, o frentista encosta mesmo o ouvido na lataria do carro para saber quando o tanque está cheio.

A Petrobrás, importadora e distribuidora do metanol, pretendia colocá-lo nos postos na segunda quinzena de dezembro. A comercialização seria precedida de "campanha de esclarecimento" organizada pela empresa e acompanhada pelo Ministério da Saúde. Nada garante que a campanha atinja todos os frentistas e outros trabalhadores mais expostos ao metanol. A segurança dos frentistas estaria sempre ameaçada. Segundo Nilton Freitas, assessor técnico em segurança do trabalho do Diesat, estes trabalhadores precisariam usar Equipamentos de Proteção Individual, incluindo luvas de borracha, óculos protetores e máscaras contra gases. Dá para imaginar trabalhar com tudo isto 12 horas por dia, com temperatura de 30 ou 35 graus centígrados?

Nilton Freitas estudou a bibliografia existente sobre o metanol e elaborou laudo que recomenda a proibição do combustível sem que sejam feitos estudos preliminares para conhecer os efeitos da mistura. O laudo também aponta a necessidade de

exames admissionais, periódicos e demissionais para os frentistas. O Sindicato dos Frentistas de São Paulo, Sindicato dos Petroleiros de São Paulo e Departamento Nacional dos Petroleiros da CUT juntaram o laudo do Diesat à representação feita na Procuradoria Geral da República e na Curadoria do Meio Ambiente do Ministério Público do Estado de São Paulo.

Os sindicatos, ao lado da organização ecológica Óikos e do deputado federal Fábio Feldmann (PSDB-SP), pedem a interposição de medida cautelar para proibir a distribuição do metanol em São Paulo e em todo o território nacional até a realização de Relatório de Impacto Ambiental e sua apreciação pelo Conselho Nacional do Meio Ambiente. A medida cautelar também deve impedir o uso dos oleodutos da Petrobrás para transportar o produto. Por ser mais corrosivo, volátil e tóxico que os combustíveis normalmente transportados, o metanol pode prejudicar as tubulações e causar acidentes.

Por enquanto, a importação e uso do metanol como combustível estão proibidos no país por liminar concedida dia 5 de dezembro pela 18ª Vara Federal do Rio de Janeiro à ação civil pública feita pela Assembléia Permanente de Defesa do Meio Ambiente. Outra liminar, concedida pela 3ª Vara de Justiça Federal do Distrito Federal ao Ministério Público Federal, também proíbe a importação e comercialização do metanol como combustível em todo o território nacional.

As liminares podem ser cassadas a qualquer momento. Caso isto ocorra, há ações preparadas em diversos municípios e estados para proibir o uso do metanol sem garantias aos trabalhadores em contato mais direto com o produto e à população. Além das medidas judiciais, os frentistas ameaçam parar em defesa de sua saúde. Antônio Porcino Sobrinho, presidente do Sindicato dos Frentistas de São Paulo, e Hamilton Vieira da Silva, presidente do Sindicato do Rio, falam até em paralisação nacional caso o metanol seja distribuído.

Técnicos e instituições de pesquisa divergem quanto aos riscos do metanol puro e misturado. Todos concordam quanto à toxidez, mas alguns consideram-no perfeitamente seguro. A Organização Mundial do Trabalho (OIT) recomenda a substituição do metanol pelo etanol, sempre que possível.

Nas asas da indignação

Fábio Goldenstein
(Diretor de Segurança de vôo)

Passados três meses do acidente ocorrido com o Boeing 737-200 da Varig em Mato Grosso, o DAC (Departamento de Aviação Civil) multou o piloto e o co-piloto, considerando-os culpados antes mesmo da Comissão de Investigação concluir seu relatório final que, pelo que tudo indica, deverá ser mais aprofundado.

O Sindicato Nacional dos Aeronautas, historicamente comprometido com a luta pela segurança de vôo e por melhores condições de trabalho na aviação deste país, repudiou veementemente esta atitude arbitrária e antecipada do DAC, uma vez que nenhum acidente é resultado de uma única falha ou de um único fator.

O SNA participa das Comissões de Investigação montadas para apurar as causas de acidentes somente a partir de 1987, e assim mesmo depois de muitos anos de luta. Neste tempo em que não esteve presente, muitas das questões hoje levantadas já eram objeto de questionamento por companheiros mais preocupados com a segurança e conhecedores, inclusive, da participação e colaboração que os sindicatos trazem nas investigações

em outros países. Este acidente expôs à sociedade uma realidade que exige providências, dentro e fora da VARIG, e pôs em xeque toda a estrutura vigente, que mostra sinais de ineficiência e aponta para a necessidade de mudanças no atual sistema da aviação brasileira.

Administrações cada vez mais voltadas para o lucro imediato tendem a subestimar fatores relevantes para a segurança. Hoje, adotam uma estratégia político-administrativa errada, que se inicia na própria formação dos futuros quadros com cursos inadequados, tempo de instrução insuficiente e com processos, ainda que subjetivos, de coação e punição.

A continuação disso é a ingerência cada vez maior dos Departamentos de Tráfego e Vendas na área de operações. Termina-se aceitando interferências no processo de decisões e, por último, nossas determinações acabam sendo questionadas e julgadas, além de não cumpridas. Esta é a maneira como avaliamos hoje a nossa vulnerabilidade.

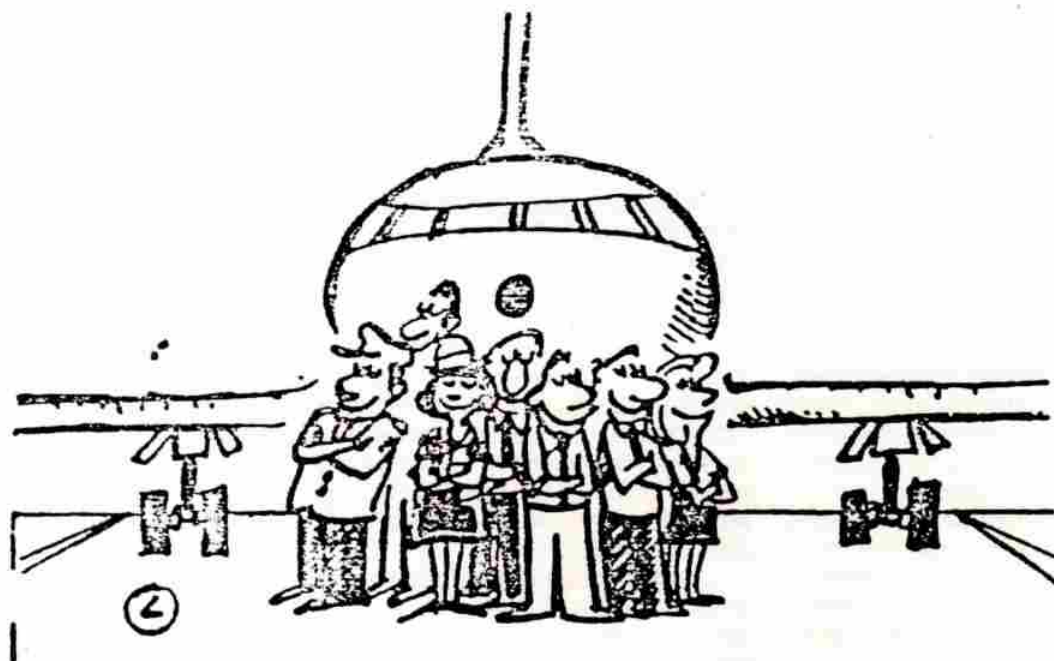
Os interesses econômicos estão acima de tudo. Acima, inclusive, do próprio cumprimento da regulamentação. Os aeronautas são vítimas de alimentação inadequada, repouso insuficiente, carga ex-

cessiva de trabalho, pressão psicológica constante com ameaças de desemprego e fadiga crônica detectada nestes profissionais, não somente pelas horas de descanso insuficientes, mas principalmente por uma quebra constante do ritmo de vida, associado a um stress contínuo. E o público usuário, será que tem conhecimento desta situação?

No Brasil, o próprio Ministério da Aeronáutica regulamenta e fiscaliza a aviação civil, quer dizer, ele fiscaliza a si próprio, sem dar satisfação a ninguém. Em países como os Estados Unidos e Inglaterra, por exemplo, dois órgãos separados cuidam da administração civil e da investigação de acidentes, sendo o primeiro ligado ao Departamento de Transportes e o segundo vinculado ao Congresso.

No momento em que elegemos o presidente da República e damos passos definitivos rumo à democratização de nossa sociedade, podemos, desde já, pensar em soluções a serem cuidadas num futuro muito próximo.

*N. do E. — No próximo número de **Trabalho & Saúde**, Condições de Trabalho dos Aeronautas.*



Aços Anhanguera mata três trabalhadores

Entre outubro e novembro, três operários da siderúrgica Aços Anhanguera, do Grupo Villares, morrem por paralisia respiratória. Outros 75 trabalhadores apresentam sintomas mais ou menos graves de intoxicação. A fábrica está sendo desratizada, e a suspeita recai sobre o veneno usado no processo. Depois de muita hesitação, a Regional da Secretaria de Saúde de Mogi das Cruzes (SUDS R13) interdita a indústria.

Durante todo o mês de novembro, a Anhanguera não avisa os trabalhadores dos riscos que correm. "A empresa alegava que o problema era de sua exclusiva competência, como se a vida dos trabalhadores também fosse sua propriedade", diz um técnico envolvido na investigação do caso. Enquanto isso, operários sofrem de paralisia de pés e pernas, depois mãos e braços, face, em alguns chegando a parada cardíaca e respiratória.

No dia primeiro de novembro, o Sindicato dos Metalúrgicos de Mogi das Cruzes formaliza pedido de interdição da Aços Anhanguera à Secretaria de Saúde de Mogi das Cruzes (SUDS R 13). O pedido baseia-se no Artigo 229 da recém-aprovada Constituição do Estado de São Paulo (§ 1º - Ao sindicato de trabalhadores, ou a representante que designar, é garantido requerer a interdição de máquina, de setor de serviço ou de todo o ambiente de trabalho, quando houver exposição a risco iminente para a vida ou a saúde dos empregados).

A Regional da Secretaria da Saúde passa a fazer contatos e reuniões entre empresa e sindicato, na tentativa de contornar amigavelmente a situação e evitar a interdição. Cabe à Vigilância Sanitária da Secretaria da Saúde fiscalizar a área de Saúde e Segurança do Trabalho desde outubro de 1988. No dia 10 de novembro, CVS, SUDS R13, Cetesb e Sindicato entram na fábrica para fazer a fiscalização. Depois de reuniões e entrevistas com profissionais da empresa, técnicos e sindicalistas inspecionam o local de trabalho.

FORA DE CONTROLE

No final da tarde, os técnicos do CVS e a médica do SUDS R13 concluem que a poluição do ambiente de trabalho está fora de controle. Sentindo-se co-responsáveis, assumem a interdição da empresa (ver Diário de Mogi das Cruzes - 11/11/89). A Anhanguera pressiona o far-

macêutico do SUDS, que comunica o fato à direção do SUDS e CVS. Os órgãos suspendem a interdição. Os trabalhadores em assembléia no Sindicato escolhem uma comissão para representá-los e atuar junto com o sindicato.

Em longas reuniões com a empresa e órgãos públicos na CVS, em São Paulo, os trabalhadores reiteram a necessidade de reinterditar a siderúrgica. No dia 14 de novembro, conseguem um simples acordo, em que a empresa se compromete a manter a área de produção paralisada. O trabalho de limpeza pode prosseguir. Pelo acordo, caso surja qualquer novo caso de contaminação, a fábrica será interdita.

No dia 15, três outros trabalhadores apresentam sintomas da mesma intoxicação. Em um dos casos, são necessárias medidas de emergência para evitar a morte por paralisia respiratória. Dia 16, trabalhadores e técnicos da Secretaria da Saúde constataam que todos os trabalhadores da Aços Anhanguera encontram-se expostos ao risco. Mesmo assim, a interdição, que deveria ser irreversível, só acontece dois dias depois, sob forte pressão de diversas entidades concentradas em frente à empresa.

Decidida a interdição no dia 17 à tarde, o diretor do SUDS R13 tenta convencer o sindicato a concordar por escrito com a não-interdição dos fornos. O sindicato não concorda, por achar que, caso deixe algum trabalhador ficar na fábrica, a responsabilidade será sua em caso de intoxicação. Só então o SUDS determina a interdição total da Anhanguera.

DESCONTAMINAÇÃO

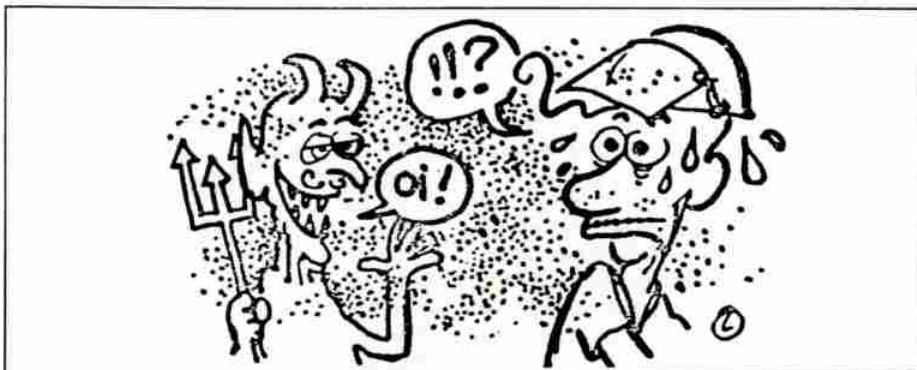
A empresa fica interdita de 18 de novembro a 15 de dezembro. No intervalo, técnicos norte-americanos da empresa OHM, especializada em limpeza de pro-

duto tóxicos, treinam equipes da siderúrgica para descontaminar a área. Todo material recolhido é acondicionado em dois containers (grandes caixas estanques). Os trabalhadores encarregados da limpeza usam macacões descartáveis. Ao sair da área de risco, tomam banho. A OHM, contratada pela Anhanguera, envia amostras retiradas do local aos Estados Unidos para análise laboratorial. Segundo a OHM, contratada pela siderúrgica Aços Anhanguera, não há mais contaminação.

Até o final de dezembro não há confirmação laboratorial de que a contaminação seja causada pelo monofluoracetato de sódio, usado pela empresa Brasanitas desde agosto para desratizar as dependências da Anhanguera. Segundo a Fundacentro, o quadro clínico dos trabalhadores contaminados não bate com os sintomas causados pelo monofluoracetato. A utilização do produto é proibida no Brasil desde 1982. A Brasanitas tem acesso ao veneno por usá-lo na desratização dos túneis do Metrô, onde a isolação dos cabos elétricos roída por ratos poderia causar problemas de segurança.

Para os trabalhadores, além da dúvida sobre a causa da contaminação, fica a desconfiança sobre a competência e independência da Secretaria de Saúde para investigar casos como o da siderúrgica Aços Anhanguera. Segundo um trabalhador que prefere não ter seu nome divulgado, "a interdição ocorreu somente ao custo de vidas e da saúde física e mental dos trabalhadores e seus familiares". A empresa, em sua opinião, determinou o rumo das investigações e centralizou as informações.

"As entidades responsáveis participaram com visível subordinação à pressão, talvez não só da diretoria da Aços Anhanguera, mas das organizações patronais", completa o trabalhador.



A violência no mundo do trabalho

Manoel, Jair, Antonio, Genésio e Valdeci... um, dois, dez, cem, mil, milhares, mais de um milhão de trabalhadores acidentam-se no trabalho por ano no Brasil.

Com a finalidade de transformar estes nomes e estes números que compõem a estatística oficial em depoimentos vivos, histórias e trajetórias da vida dos trabalhadores, iniciamos nosso trabalho de pesquisa sobre **A Violência no Mundo do Trabalho** colhendo relatos de trabalhadores acidentados no exercício de suas atividades profissionais. Construímos através de cinco relatos as microcenários da vida cotidiana desses trabalhadores, nas quais apreendemos os diversos destinos dos acidentados reabilitados para o mercado de trabalho nos diferentes espaços institucionais: família, trabalho e justiça. Neste número apresentamos a questão do estigma e do trabalho e, no próximo número, os dramas da vida cotidiana da família e a difícil prática da cidadania e justiça social empreendida pelos acidentados. Os depoimentos colhidos pela nossa pesquisa refletem as trajetórias de vida e representações sociais e simbólicas dos trabalhadores acidentados; eles refletem os seus sentimentos, suas experiências, seus sonhos, seus sofrimentos e emoções, não separando a experiência real do imaginário vivido.

Observamos que o acidente sofrido transformou profundamente a vida desses trabalhadores que agora não são mais aceitos socialmente de maneira plena: são indivíduos estigmatizados, lesados em sua integridade física e moral, acabam se percebendo no mundo do trabalho enquanto seres diferentes do **normal**. O peso do estigma (marca) de acidentado acarreta a intensificação do discurso da pessoa nervosa (do nervoso). Esse nervoso expressa-se com regularidade, denotando revolta e inconformismo, acompanhando o dia-a-dia dos entrevistados, mostrando, frequentemente, o receio que eles têm em perder a posição social e profissional no mundo da fábrica e na esfera privada familiar.

A lesão sofrida faz com que estes trabalhadores entrevistados sintam-se pessoas "incompletas", que jamais irão adquirir a sua forma anterior. Por outro lado, notamos a existência de um mecanismo de compensação, ou seja, eles acreditam que são admirados pelos "outros", pelos trabalhadores "normais", muitas vezes criando o "mito do herói vencedor". Apesar das adversidades enfrentadas, eles se concebem como trabalhadores que estão "vencendo na vida".

O tema relativo ao trabalho é uma constante nas narrativas desses operários, revelando ser ele marco periodizador da vida. As lembranças dos entrevistados, as referências ao tempo social e ao espaço urbano institucionalizado são demarcadas em profundidade pela penosa e dura luta pela sobrevivência, não sendo estas uma especificidade da condição de acidentados, mas uma marca da condição de trabalhadores, tanto que o "outro" é sempre apreendido através dessa condição.

Conseqüentemente, o trabalho é encarado enquanto um valor que confere ao indivíduo uma posição social na sociedade e dá ao trabalhador a condição de cidadão. O trabalhador reconhece o seu direito de cidadania e os direitos sociais por meio do trabalho que é formalizado na Carteira de Trabalho. É através da Carteira de Trabalho e da Cédula de Identidade que ele instrumentaliza e operacionaliza os seus direitos sociais: saúde, segurança, justiça, alimentação, habitação, etc.

Por outro lado, estes acidentados, ao narrarem os seus ofícios, demonstraram uma forte relação com as máquinas, em seu aspecto corpóreo, subjetivo e sensível, descrevendo-as com riqueza de detalhes, expressando sentimentos de experiências, virtude, eficiência e satisfação por reterem e "dominarem" os segredos das máquinas, vendo-as como se elas fossem dotadas de vida. Simultaneamente a este sentimento prazeroso, nota-se que os relatos revelam o lado penoso, cansativo e rotineiro do trabalho, o qual serve para suprir as necessidades básicas do dia-a-dia.

Os acidentados, ao tentarem reingressar ao mundo do trabalho, deparam-se com dificuldades de acesso à função ou às novas funções. Eles descobrem que perderam parte de sua condição de mercadoria e que podem ser facilmente substituídos por outros trabalhadores. Eles percebem que no mundo do trabalho predomina a lógica da reprodução do capital e não a lógica da reprodução do homem como um valor universal a ser cultivado e preservado. É nos limites da consciência de trabalhador assalariado e é nestas condições que eles elaboram e sonham em realizar os seus projetos de vida: projetos de ascensão profissional que ficaram paralisados e anestesiados dentro do mundo do trabalho. Depois do acidente, quando eles retornam ao emprego, lutam de todos os modos para a manutenção da situação anterior, colocando-os na posição de trabalhadores sem futuro, ou seja, de traba-

lhador que vegeta no mundo da fábrica.

Pode-se afirmar que o mundo do trabalho é por excelência o espaço da ordem, da norma, da disciplina e, portanto, da racionalidade. O acidente surge como um elemento desestabilizador dessa norma ou da ordem social. No início da pesquisa um dos entrevistados preferiu afirmar aos outros que havia sofrido um acidente de moto: ele sentia vergonha em admitir que se acidentou no trabalho. Isto provavelmente ocorreu para se distanciar do estigma de trabalhador que subverteu a ordem dominante, mostrando-se "desleixado", "distraído", "imprudente", desrespeitando a ordem social normal e regras estabelecidas no mundo do trabalho.

A passagem de quatro entrevistados pelo sindicato unifica as suas trajetórias de vida no mundo do trabalho. A visão que eles tinham do sindicato era predominantemente assistencialista. Depois do acidente eles passaram a perceber que os sindicatos atuam como espaço de conscientização de direitos e de (re)conhecimento da cidadania. Este processo possibilita a formação de uma consciência crítica, elaborada ao nível dos direitos sociais, não podendo, em nenhum momento, ser desvinculado da prática desses trabalhadores fundamentada por essa vivência sindical.

A violência do acidente se inicia no mundo do trabalho, ultrapassa os muros da fábrica e se estende à sociedade civil através de suas várias instituições, notadamente, para as de saúde e de reparação física, social e psicológica do trabalhador. Também nestas instituições os acidentados defrontam-se com a situação de negação de sua cidadania: os vários direitos sociais a que eles têm direito não se operacionalizam e nem se concretizam. Esta negação de direitos e as desigualdades reais que ocorrem no mundo do trabalho se expandem e penetram, contaminam e moldam as várias instituições que fazem parte da sociedade civil. No próximo número, prosseguiremos com a questão relativa à família e à cidadania do trabalhador acidentado.

Agradecemos com profunda emoção ao Antonio, Genésio, Jair, Manoel e Valdeci, que relataram e revelaram fragmentos vivos de suas vidas no mundo do trabalho.

Sedi Hirano
Cristina Pozzi Redko
Vera Regina Toledo Ferraz
(Núcleo de Estudos da Violência/USP)

NOTAS DA AMÉRICA DO NORTE

Formas de luta: a "Campanha Corporativa"

Daniel M. Berman

A expressão "corporate campaign" (campanha corporativa) engloba estratégias alternativas de luta. As greves e as estratégias baseadas nas leis trabalhistas são cada vez mais obsoletas nos Estados Unidos para enfrentar multinacionais com fontes de produção e lucro em dezenas de fábricas no mundo inteiro. Esta flexibilidade empresarial aumenta a força relativa da multinacional frente a seus empregados e ao país onde funciona, seja qual for. A estratégia básica da campanha corporativa consiste em fazer alianças com outras vítimas do poder empresarial, e de criar atritos entre os aliados naturais da firma. Sabemos que uma campanha corporativa não pode transformar fundamentalmente um capitalismo hostil aos operários, mas pode nos dar um pé-de-cabra que aumenta nossa força de barganha e nossa solidariedade com os movimentos populares na sociedade.

A campanha corporativa explora duas fraquezas fundamentais de qualquer multinacional:

1) Para sobreviver, uma firma como a General Motors ou BASF precisa crescer mais rápido do que seus concorrentes. Ou tem que dividir o mercado com eles ou se entregar. A firma que sobrevive é a firma que tem o maior sucesso em cortar os gastos. De qualquer jeito, explora pessoas: trabalhadores, consumidores, moradores em bairros vizinhos (que sofrem da contaminação do meio ambiente). Os contribuintes sofrem se a firma deixar de pagar impostos. E até os aliados naturais: os bancos, os fornecedores, os investidores e os credores sofrem se a firma demora em pagar as dívidas, ou se o comportamento fora da lei da firma incentiva a criação de um movimento que questiona o papel predominante das multinacionais como um todo.

Uma multi fábrica vítimas por necessidade. Estas vítimas podem tornar-se aliados. Uma campanha corporativa é uma busca sem fim de vítimas (aliados) e a

criação de alianças contra o comportamento anti-social da firma que começa com a exploração dos trabalhadores. Todo este processo de educação e organização na comunidade tem o objetivo de construir o apoio e a confiança na comunidade para a maior vítima: os operários e a classe trabalhadora.

2) Saber é força. Coletivamente os operários de uma firma sabem tanto quanto os chefes, ou talvez mais sobre o verdadeiro funcionamento da firma. A informação que os trabalhadores detêm pode ajudar os outros/aliados em suas lutas. Se a firma fez do operário um inimigo, vai saber logo que o inimigo administra a fábrica!

O caminho da campanha depende de seus objetivos, do tipo de produção, da militância dos trabalhadores, da composição da "comunidade de vítimas", até da própria personalidade dos capitalistas. O local 4-620 do Sindicato dos Petroquímicos, de Baton Rouge, Louisiana, já enfrenta um "lock-out" da firma alemã BASF desde o dia 15 de junho de 1984. Às 3:30 da tarde, no dia em que o acordo coletivo venceria, a BASF ocupou a fábrica com uma força particular de guardas, e mandou os operários embora. A BASF quis total liberdade de substituir os operários associados ao sindicato por empreiteiros. Existem centenas de táticas que um sindicato pode empregar no desenvolvimento de uma campanha corporativa.

A BASF, a maior multinacional alemã na área química, produz dezenas de produtos em Louisiana, incluindo fosgene, um gás venenoso utilizado nas trincheiras da Primeira Guerra Mundial. O sindicato protestou contra a utilização de operários sem qualificação e treinamento especial, chamando atenção a uma possível Bhopal, se a fábrica explodisse. Atualmente os operários que permanecem dentro da fábrica juram que mesmo resolvendo o "lock-out", continuarão a fornecer informação aos grupos de bairro e do meio ambiente.

"O 'lock-out' mudou muito minha cabeça", falou Jim, operário de manutenção de encanamento. "Pensei que a firma, que

pagava bem, estava do meu lado. Durante o 'lock-out' vivi de biscoitos e perdi a casa que eu e a patroa estávamos comprando. As mensalidades da casa eram US\$800 por mês, igual ao salário dela. Quase que eu e minha mulher nos separamos. Voltei à fábrica com o salário cortado de US\$14.00 para US\$11.00 por hora. Agora entendo que o que fazem comigo e com os operários, a BASF faz com todo o Rio Mississippi e o meio ambiente por aqui. Antes eu pescava e caçava muito, agora só como peixe que vem de fora. Até o fim vou lutar contra esta firma, mesmo trabalhando aqui".

Durante o "lock-out", que permanece sem solução, o sindicato e a comunidade começaram a investigar os impostos municipais e estaduais que a BASF paga, e soube-se que ela estava lesando milhões de dólares de impostos que poderiam melhorar as escolas e a saúde na comunidade. A organização e militância comunitária e a fiscalização ecologista, aumentaram bastante com o "lock-out" na BASF, atingindo todo o pólo petroquímico de Louisiana. A informação fornecida pelos operários tem sido fundamental para muitas novas lutas ecologistas. Mesmo se o sindicato quisesse parar este movimento, já não teria as condições, porque o movimento é muito amplo. Assim o sindicato ultrapassou um papel limitado de defesa dos salários, e compreendeu que para se defender os trabalhadores teriam que defender os interesses da comunidade como um todo.

As "campanhas corporativas" não são a última palavra num mundo dominado pelo grande capital, mas dão uma alavanca a mais na batalha pelo poder na fábrica e na sociedade, para fazer a luta continuar.

(Agradeço ao Dick Leonard, chefe de projetos especial do Sindicato dos Petroquímicos (OCAW), Denver, Colorado, USA, pela ajuda em escrever esta coluna. Para mais informações sobre as "campanhas corporativas", pode escrever a Dick Leonard, OCAW, PO Box 2812, Denver, Colorado 80201, USA).

X SEMSAT

No dia 15 de março toma posse o novo Presidente. As propostas de sua equipe de governo não estão definidas em muitas áreas. Para o movimento sindical, há expectativa quanto à área de Saúde do Trabalhador.

O Diesat promove de 19 a 24 de março a X Semana de Saúde do Trabalhador para discutir os rumos que os sindicatos vão tomar na luta por melhores condições de trabalho.

O tema este ano é: Saúde do Trabalhador – E agora?

A X SEMSAT aborda a Previdência Social, a Assistência Médica (SUS) e a Legislação. Mais informações no próximo número de Trabalho & Saúde.

SAÚDE DO TRABALHADOR: E AGORA?

O Diesat ajuda na elaboração da Lei Orgânica do Município de São Paulo. Depois de enviar propostas preliminares à Câmara Municipal, técnicos e dirigentes do Diesat ajudaram a formar a Proposta de Saúde do Trabalhador. No Município de São Paulo ocorrem 11% dos acidentes de trabalho de todo o país.

Destacamos aqui alguns itens da Proposta:

Estabelecer a obrigatoriedade e a responsabilidade para que, no projeto, na fabricação, comercialização e uso de máquinas, equipamentos diversos e produtos de uso laboral e doméstico, assim como nos projetos e execução de edificações, obras e serviços em geral estejam contidos dispositivos e especificações de segurança, e meios protetores eficazes contra acidentes e doenças, prevenindo também danos ao meio ambiente e à população em geral.

Conhecer, sistematizar e fiscalizar as técnicas e os sistemas de produção, armazenamento, transporte, comercialização, utilização, reprocessamento e destino final de substâncias e produtos, bem como o uso de recursos, instrumentos, métodos

e instalações que comportem risco efetivo ou potencial para a qualidade de vida e meio ambiente, incluindo o de trabalho.

Garantir aos trabalhadores e servidores:

a) O acesso às informações, registros, inspeções e estudos referentes aos riscos à saúde presentes nos locais de trabalho, aos métodos e resultados das avaliações nos locais de trabalho, bem como aos resultados das avaliações de suas condições de saúde realizadas por quaisquer serviços de saúde.

b) O direito de conhecer e participar, através de suas representações sindicais e de locais de trabalho, da elaboração e aplicação das normas e medidas para prevenção, registro de acidentes e doenças de trabalho, assim como de promover pesquisa, participar da elaboração, planejamento, aplicação e avaliação de todas as medidas necessárias para resguardar e promover sua saúde.

c) Que em condições de risco grave ou iminente no local de trabalho, será lícito ao empregado ou a terceiro interessado interromper suas atividades, sem prejuízo de quaisquer direitos, até a eliminação do risco.

d) O direito de acompanhar, através de suas representações sindicais e de locais de trabalho, as ações de fiscalização e avaliação dos ambientes de trabalho.

e) O direito de participar do planejamento, programação, execução e avaliação, nos vários níveis hierárquicos, das atividades dos serviços de saúde dos trabalhadores.

Diesat prepara série sobre saúde do trabalhador

O Diesat lança em janeiro a série **Trabalho & Saúde**, destinada a levar a técnicos e sindicalistas informação direta e atualizada sobre riscos químicos, físicos, biológicos e os decorrentes da organização do trabalho sobre a saúde dos trabalhadores. A coleção, com um título lançado a cada mês, começa com o fascículo sobre **Ruído**, produzido pela médica Vera Helena Coelho da Costa, colaboradora do Diesat. Para os próximos números estão programados **Novas Tecnologias** e **Responsabilidade Civil e Criminal**. Se você tiver sugestões, comunique-nos.